

CHRISTIANE DELMONDES VERSUTI & MAXIMILIANO MARTIN VICENTE
christianedversuti@hotmail.com; maxvicente@uol.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

MEDIA LITERACY E AS MUDANÇAS DAS MANCHETES DA *FOLHA ONLINE* SOBRE A REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO

RESUMO

O presente artigo busca discutir a *media literacy* como base para compreensão e avaliação crítica das informações fornecidas pelos mídia, bem como o uso dessas informações pelos cidadãos e produção de conteúdos próprios, em defesa e garantia de direitos, apontando para a importância de sua presença no ensino básico na formação dos cidadãos. Para tal, foi escolhido o caso da cobertura da *Folha online* sobre o movimento dos estudantes contra a reorganização das escolas públicas de São Paulo, paralelamente a um vídeo postado na *fan page* do movimento Não Feche Minha Escola, no qual uma aluna corrige o repórter ao afirmar que o termo correto é “ocupação” e não “invasão”. Esse vídeo repercutiu nas redes levantando discussões e problematizações sobre o termo utilizado pela grande mídia, levando a um questionamento direto à *Folha online* que passou a também usar o termo “ocupação” após o ocorrido.

PALAVRAS-CHAVE

Media literacy; *Folha online*; ocupação dos estudantes nas escolas públicas de São Paulo; cidadania; educação

INTRODUÇÃO

O artigo tem como finalidade destacar a relevância do uso da *media literacy* na produção de sentido originada pelos veículos de comunicação quando optam por usar um termo no lugar de outro. Aparentemente pode parecer uma questão banal, mas a repercussão que gera no receptor é decisiva uma vez que faz com que ele possa ter visões sociais opostas sobre o mesmo fato. Para ilustrar as afirmações anteriores analisamos as manchetes da *Folha de São Paulo online*, no caderno “Educação”, sobre a

ocupação das escolas públicas de São Paulo. A ocupação ocorreu como forma de manifestação contra a reorganização das escolas públicas apresentada pelo governador Geraldo Alckmin. Em suas manchetes, quando se iniciou a ocupação das escolas pelos estudantes, o referido jornal utilizava o termo “invasão” e não “ocupação”. A escolha dessas palavras originou discussões nas mídias sociais e questionamento direto à *Folha*, debate esse que será objeto de estudo no presente texto.

Para tanto realizamos um levantamento das manchetes utilizadas pela *Folha de São Paulo online*¹ e também de uma publicação específica da página do movimento Não Fechem Minha Escola², no Facebook. A página no Facebook foi amplamente utilizada pelos estudantes participantes e simpatizantes das manifestações. Por meio dela os jovens se comunicavam, se organizavam, publicavam textos e vídeos sobre o que acontecia nas escolas ocupadas. Concretamente, o embate do uso termo “invasão” ou “ocupação” ocorreu num vídeo no qual uma aluna entrevistada pela grande mídia corrige o repórter que utiliza o termo “invasão”, e alega que o correto é “ocupação”.

Acreditamos que seja importante neste momento esclarecer o sentido dado a esses dois termos pelo dicionário Houaiss da Língua Portuguesa no intuito de mostrar o que implica a sua utilização nas manchetes do Jornal. Segundo o dicionário, “ocupar” tem diversas acepções, como preencher um espaço, estar na posse de; exercer; instalar-se em, submeter, fazer uso de; empregar. Podemos dizer, portanto, que quem ocupa pode tanto estar tomando posse quanto dando uma ocupação a algo que num momento anterior não tinha função. Ou, simplesmente, habitando um espaço. Já “invadir” é apresentado como: penetrar num determinado lugar e ocupá-lo pela força; apoderar-se, tomar, conquistar; ocupar um lugar de forma maciça e abusiva. Podemos extrair desse termo um sentido pejorativo, pois, seria se apropriar da coisa alheia.

Assim, quando os estudantes desejavam que seu movimento fosse conceituado como ocupação na verdade queriam dizer que apenas estavam num espaço que já lhes pertencia, portanto, não poderiam invadir o que já era deles. Almejavam que se divulgasse as razões de seu ato e não que se criminalizasse o movimento por ser considerado invasor, ou seja, se apropriar de uma propriedade que não lhes pertencia.

As discussões levantadas relacionam-se amplamente com questões relativas a *media literacy*, pois tratam de assuntos como o acesso à

¹ Disponível para consulta em www.folha.uol.com.br/

² Disponível para consulta em www.facebook.com/naofecheminhaescola/?fref=ts

informação, principalmente via internet e mídias sociais; sobre a capacidade de utilizar os média e compreendê-los de maneira crítica avaliando as informações e os discursos dispostos; e também acerca da competência de utilizar os média para criar, se comunicar e participar ativamente como cidadão em busca de seus direitos.

Nesse sentido, a seguir, inicialmente, serão apresentadas diversas concepções do que seja a *media literacy*, evidentemente sem pretender esgotar o tema fato que foge ao intuito do presente texto para, num segundo momento, mostrar como a *Folha online* operou a transformação do uso do termo invadir para ocupar. Feita essas intervenções apresentamos as conclusões emanadas das análises e aplicações da *media literacy* na divulgação das notícias, no caso, pela *Folha online* relacionadas ao movimento de ocupação realizado pelos estudantes diante das propostas de mudanças anunciadas pelo governo do Estado e São Paulo.

MEDIA LITERACY E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Colocado o tema central do trabalho, é importante fazer a distinção entre alguns conceitos que antecedem propriamente o conceito de *media literacy*. Por tratarmos de um produto jornalístico que repercute produzindo sentido na sociedade convém separar o que seja o dado em si, como se torna informação e conhecimento. De acordo com Beluzzo (1999) dados são elementos meramente descritivos e não fornecem julgamento e nem interpretações dos fatos registrados. Os dados podem ser entendidos como códigos que constituem a matéria prima da informação, ou seja, é a informação não tratada. Já a informação compreende a transformação de dados em uma mensagem organizada, que possui uma finalidade, e isso implica na agregação de valor ao dado apresentado. Para a autora o conhecimento é o ato ou efeito de abstrair ideia ou noção de alguma coisa, vai além de informações, pois ele além de ter um significado tem uma aplicação. O conhecimento é o resultado da experiência humana e depende da internalização e interpretação de cada um. Por isso afirma que o conhecimento constitui um saber, produz ideias e experiências que as informações por si só não seriam capazes de mostrar. Se informação é dado trabalhado, então conhecimento e informação trabalhada.

Diante do exposto consideramos interessante refletir sobre a informação e pensar em suas formas de acesso, de uso, avaliar sua utilidade, ponderar quais delas são relevantes para as tomadas de decisão e também

saber como recuperar informações. Diante do exposto consideramos interessante refletir sobre a informação e pensar em suas formas de acesso, de uso, avaliar sua utilidade, ponderar quais delas são relevantes para as tomadas de decisão e também saber como recuperar informações. E também pensar os meios de comunicação como responsáveis diretos na formação do conhecimento e de sociabilidade no mundo atual, perpassado pelo papel relevante que assume a comunicação na sociedade. Como bem lembrava Bauer (2011) não é a mídia que muda a cultura, mas a cultura que se transforma no contexto de utilização de suas mídias como uma prática social concreta. Vale a pena lembrar que com a implementação das Tecnologias de Comunicação o acesso aos produtos midiáticos ficou facilitado além de provocar transformações profundas na relação mídia-receptor. Se antes a comunicação se operava no sentido unidirecional (um para todos), agora ela se caracteriza por ser multidirecional (todos para todos).

Essas considerações nos levam a pensar no papel que desempenha a *media literacy* no contexto da massificação da comunicação e da diversidade de informações e de geração de conhecimentos. Por essa razão a conceituação de *media literacy* se faz necessária, pois ela nos pode indicar caminhos na hora de entender como uma mudança de palavras ocasiona a transformação de sentidos. Segundo Pérez Tornero, Paolo Celot e Tápio Varis, *media literacy* é composta pelos seguintes elementos: acesso, compreensão e criação. Para eles se trata da “capacidade de realmente usar os mídia, de os compreender criticamente e de ser capaz de avaliar informação e finalmente de criar, comunicar e participar” (Pérez Tornero, Celot & Varis, 2010, p. 74) .

Para os mesmos autores (Pérez Tornero et al., 2010), a organização das competências de *media literacy* mediática podem ser divididas em três níveis: 1) Uso dos mídia: no qual os autores distinguem o acesso físico aos *media* do acesso aos conteúdos; 2) Compreensão crítica: que se refere às capacidades e competências de ler, compreender e avaliar o conteúdo mediático. Relaciona-se com a consciência de oportunidades e condições oferecida pelos mídia e está num nível mais elevado, bem como o pensamento crítico, a autonomia pessoal e a capacidade de resolução de problemas; 3) Competência comunicativa: terceiro e o mais elevado nível, incluindo competências de criação e produção de conteúdos, que podem ser difundidas através de diferentes formatos e plataformas. Neste último nível estariam incluídas as competências de acesso, compreensão e criação.

Um pouco antes de Pérez Tornero, Celot e Varis, a Comissão Europeia (2007) entendia por *media literacy* “a capacidade de aceder aos *media*, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos *media*

e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos”. Definição bem semelhante à oferecida por Pérez Tornero, Celot e Varis, porém mais ampla em relação ao sentido dado ao modo crítico de entender a mídia uma vez que alerta para se exercer o caráter crítico em todos os aspectos.

Bévort e Belloni entendem que a *media literacy* pode ser definida como a “formação para a compreensão crítica das mídias, mas também se reconhece o papel potencial das mídias na promoção da expressão criativa e da participação dos cidadãos, pondo em evidência as potencialidades democráticas dos dispositivos técnicos de mídia” (Bévort & Belloni, 2009, p. 1087). Salientamos o primeiro ponto destacado pelos autores: “formação para a compreensão crítica das mídias”. Se entendemos a formação como aquisição de competências seria necessário que em algum momento o receptor tivesse acessibilidade ao conhecimento de como opera a mídia.

Elencadas essas definições nos parece ter deixado claro que a *media literacy* não se refere, apenas, a garantir o acesso à informação. Daí a relevância e necessidade de uma formação que permita ao cidadão compreender as informações e utilizá-las para refletir criticamente e atuar em seu dia a dia. Como bem lembram Roseane Andrelo e Wanessa Bighetti, é preciso:

oferecer aos cidadãos, em especial aos jovens, a formação necessária para saber analisar e utilizar as informações disponibilizadas pela mídia. Nesse sentido, é preciso que o cidadão, desde a infância e por meio da educação, seja capacitado a extrair da informação subsídios para pensar seu cotidiano de maneira crítica e agir de forma engajada e inclusiva. (Andrelo & Bighetti, 2015, p. 29)

Para as autoras, a educação para a mídia deve ter início ainda na idade escolar e deve estar integrada à grade curricular, de maneira que o desenvolvimento de habilidades para lidar com a enxurrada de informações do mundo moderno se torne algo natural, uma capacidade intrínseca ao cidadão (Andrelo & Bighetti, 2015, p. 28).

Nesse sentido, de acordo com Bévort e Belloni (2009), a importância da *media literacy* está presente em diversas instâncias como: lidar com a onipresença das mídias na vida social; lutar contra as desigualdades de acesso às diferentes mídias; a formação de competência crítica e para uso das informações disponibilizadas pela mídia, considerando também os elementos político-econômicos que estruturam tais informações.

Além disso, pode-se dizer que com a obtenção de competências informacionais advindas dessa formação é possível empoderar o cidadão

com habilidades de acesso, leitura, seleção, interpretação e produção de conteúdos e consolidação de sua participação como cidadão na vida social.

Nesse ponto é importante retomar o conceito de cidadania, que de acordo com Hack (2002, p. 7), em suas múltiplas dimensões, pode ser entendido como a participação social para o conhecimento e exercício de direitos e deveres, e também para a proteção e garantia de tais direitos e deveres. Yamamoto (2009, pp. 31-32) alerta no sentido de que a participação é vital para a prática da cidadania, e essa participação ocorre através do debate coletivo sobre temas e assuntos que afetam os indivíduos de forma geral, tanto em contextos micro como macrosociais. A partir da concepção de cidadania, enquanto participação, pode-se expandir a construção de uma cultura democrática para dimensões socioeconômicas.

Na mesma linha Duarte lembra que “o direito à comunicação passa necessariamente pela participação do cidadão como sujeito ativo em todas as fases do processo de comunicação, tornando-se, também, emissor” (Duarte, 2009, p. 106). Porém, para que tal participação seja possível a educação para as mídias torna-se elemento essencial.

É preciso desenvolver nos cidadãos a competência informacional, para que sejam capazes de reconhecer em que momento determinada informação é necessária e possuir a habilidade de localizar, avaliar e utilizá-la efetivamente, e, além disso, usar aquela informação de maneira que outras pessoas também possam aprender com ela (American Library Association, 2000).

Por competência informacional, de acordo com Stern (2002, p. 6), deve-se entender quando uma pessoa de posse da informação é capaz: 1) tomar consciência da sua necessidade de informação; 2) encontrar informação necessária; 3) avaliar a qualidade de diferentes fontes de informação; 4) utilizar eficazmente a informação em função de um objetivo dado; 5) gerar informação de um modo socialmente aceitável.

Para que tal competência informacional seja adquirida, mais uma vez se coloca a importância do *media literacy* na formação das pessoas, principalmente nas grades curriculares. Tal medida se justifica pela ampliação do uso da internet e da abundância de informações disponíveis na rede. Nunca é demais lembrar que a abundância pode ser um elemento facilitador sim, porém, também é complicador se pensamos na hierarquização que deve ser feita diante do amplo universo de dados disponíveis.

MANCHETES DA *FOLHA* E O VÍDEO DE ELENA: A TRANSFORMAÇÃO DE “INVASÃO” EM “OCUPAÇÃO”

No intuito de verificar as colocações anteriores foram selecionadas as manchetes vinculadas pela *Folha online*, no caderno Educação, em relação às ocupações das escolas públicas de São Paulo, realizadas por estudantes. O recorte se faz necessário em função das finalidades do presente trabalho que consistem em destacar a relevância do uso da *media literacy* na produção de sentido originada pelos veículos de comunicação quando optam por usar um termo no lugar de outro. Uma primeira análise permitiu constatar que a *Folha* utilizou constantemente o termo invadir para noticiar a movimentação dos estudantes. Após a correção do termo realizada por uma estudante ao repórter num vídeo que viralizou nas redes o jornal usou ocupação para denominar o mesmo movimento (Figuras 3, 4 e 5). As notícias escolhidas sobre a invasão correspondem aos dias 11 e 17 de novembro de 2015 (Figuras 1 e 2). Já a que utiliza o termo ocupação data do dia 24 de novembro de 2015 (Figura 6) como veremos a seguir.

Observando as duas figuras (Figuras 1 e 2), com seu respectivo lead, fica reforçado o aspecto negativo do movimento. Na primeira, onde os alunos aparecem atrás das grades, a junção do texto com o simbolismo das grades fica bem longe de representar uma visão informativa crítica das razões que desencadearam a mobilização estudantil. Assim, usando os conceitos apresentados anteriormente da *media literacy* de acesso, compreensão e criação gerariam uma visão pejorativa do movimento. A não referência ao cartaz da foto um (causa do movimento) e ao cartaz que fala em ocupação na foto dois contribuem ainda mais para que se criem visões não condicentes com as origens e finalidades do movimento por parte daqueles que lerem o texto e o associem com as fotos.

Contudo, fica evidente que para o movimento dos estudantes estava acontecendo a ocupação e não a associação. Novamente nos servimos do cartaz da Figura 2 para reafirmar que desde a ótica dos estudantes aqueles que seguissem os passos da *media literacy*, descritos anteriormente, teriam uma visão bem diferente do movimento. A própria imagem dois sugere um ambiente de trabalho em função dos inúmeros papéis que estão na escrivaninha.

Não é de estranhar, portanto, que as notícias sobre as ocupações já geravam certa repercussão nas mídias sociais. No dia 18 de novembro de 2015, na página do Facebook: “Não Fechem Minha Escola”, foi publicado um vídeo sobre a realização de uma entrevista da Rede Globo em uma das escolas ocupadas, na qual a aluna de ensino médio entrevistada, Elena,

corrigiu o repórter que utilizou o termo “invasão”, quando o correto seria “ocupação”, pois a escola já pertence aos alunos, e não há como invadir um espaço que já é deles por direito.

educação

Estudantes mantêm invasão de escola estadual em SP



DE SÃO PAULO

11/11/2015 @ 06h04

Figura 1: Primeira manchete sobre as ocupações estudantis na *Folha online*

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704798-estudantes-mantem-ocupacao-de-escola-estadual-em-sp.shtml>

educação

Invasão de 25 escolas estaduais atinge ao menos 26 mil alunos em SP



FELIPE SOUZA
JULIANA GRAGNANI
DE SÃO PAULO

17/11/2015 02h00

Figura 2: Primeira manchete sobre as ocupações estudantis na *Folha online*

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707369-invasao-de-25-escolas-estaduais-atinge-ao-menos-26-mil-alunos-em-sp.shtml>

Essa parte do vídeo (mostrado na Figura 3) de que o espaço era deles por direito, viralizou na internet após sua publicação no grupo, levantando a problematização sobre o uso do termo “invasão” utilizado pela grande mídia, que dava um tom criminoso à manifestação dos estudantes, enquanto o movimento contra a reorganização utilizava a palavra “ocupação”, defendendo que estavam apenas ocupando um lugar que já lhes pertencia.

O trecho do vídeo citado está disponível *online*³. Seguem imagens retiradas do vídeo, com legendas.



Figura 3: Cenas da entrevista com a aluna corrigindo o termo utilizado pelo repórter

Fonte: <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/videos/vb.1485355621759400/1494046334223662/?type=2&theater>

O vídeo publicado na página: Não Fechem Minha Escola teve grande repercussão, contando com 8.102 curtidas, 399 comentários e 9.202 compartilhamentos apenas com sua publicação inicial, sem contar curtidas, comentários e visualizações contabilizadas a partir de compartilhamentos de terceiros ou com as republicações do mesmo vídeo realizadas no próprio Facebook e em outras plataformas como Youtube ou Instagram. As duas imagens são bem ilustrativas do que pode ser o resultado esperado da *media literacy*. Vale a pena salientar que o jogo se inverteu: agora o receptor corrige o entrevistador e a notícia ganha uma dimensão não esperada ocasionado repercussões que serviriam para não criminalizar as ações dos estudantes. Se antes poderia ser usada a força para reprimir o movimento por ser considerado massivo agora, com outra compreensão do fato, ficaria muito difícil para o poder público justificar ações truculentas. A compreensão social das causas do movimento se alterariam como fica claramente provado quando se observam as manifestações na página do movimento estudantil, como veremos a seguir (Figura 4).

³ Retirado de <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/videos/vb.1485355621759400/1494046334223662/?type=2&theater>

Após a circulação do vídeo, ocorreu o questionamento direto à *Folha* online sobre suas manchetes com termo “invasão” presente em sua cobertura sobre o movimento dos estudantes. Tal questionamento se deu no dia 19 de novembro de 2015 no espaço “Painel do Leitor”, no *site* da *Folha*, com a seguinte pergunta “porque a *Folha* insiste em usar o termo ‘invasão’ para se referir a estudantes que estão nas escolas nas quais estão matriculados?”.

O jornal publicou a pergunta recebida, mas não ofereceu resposta. Além disso, vale acrescentar que a *Folha online* possui ainda uma *fan page* específica apenas para o Painel do Leitor, porém, essa questão não foi colocada na referida página, o que dificultou o acesso à questão e impossibilitou maiores reflexões e discussões sobre o assunto. A figura seguinte (Figura 5) ilustra essa movimentação.



Figura 5: Comentário do leitor da *Folha online* questionando os termos utilizados pelo jornal
 Fonte: <http://m.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/11/1708239-por-que-a-folha-usa-o-termo-invasao-quando-se-refere-a-estudantes-que-estao-nas-escolas-questiona-leitor.shtml?mobile>

Mesmo sem oferecer resposta ao leitor, após o questionamento a *Folha* adotou outra postura em relação às manchetes sobre a manifestação dos estudantes, passando a utilizar o termo “ocupação”, como é possível notar na matéria seguinte (Figura 6), datada de 24 de novembro de 2015.

O sentido do *lead* muda em função da troca da palavra invadir por ocupar. Desaparece o sentido negativo o que gera a impressão de que o movimento, além de não ser criminoso, está em plena ascensão. Essa subida fica implícita nas expressões “sobe 40%” e “atinge 151 unidades”, reforçada pela multidão que se manifesta em apoio à causa das ocupações. A *media literacy*, nesse caso concreto de quem lê a notícia e olha, será bem diferente do que a extraída das Figuras 1 e 2.

educação

Ocupação de escolas em SP sobe 40% em dia de exame e atinge 151 unidades



FÁBIO TAKAHASHI
 FELIPE SOUZA
 JULIANA GRAGNANI
 DE SÃO PAULO

24/11/2015 @ 21h23

Figura 6: Mudança do termo utilizado pela *Folha online* nas manchetes sobre as ocupações estudantis
 Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704798-estudantes-mantem-ocupacao-de-escola-estadual-em-sp.shtml>

É preciso salientar que as manchetes colocadas pela *Folha online* e o vídeo publicado na *fan page* “Não Fechem Minha Escola” são apenas um pequeno fragmento de tudo o que foi produzido, veiculado e discutido sobre a proposta de reorganização das escolas públicas de São Paulo e sobre os movimentos de ocupação dos estudantes contra a reorganização.

Porém, mesmo com essa pequena amostra, é possível notar que todo o percurso realizado, desde as primeiras ocupações realizadas pelos estudantes; sua organização e comunicação estruturada via mídias sociais;

a cobertura da *Folha online* até sua mudança de discurso frente ao questionamento do leitor e às discussões presentes nas mídias sociais digitais, demonstram relação com a questão da *media literacy*, trabalhada no início do texto com base em autores como Bévort e Belloni (2009), Pérez Tornero et al. (2010), e de acordo com o definido pela Comissão Europeia (2007).

Ressalta-se ainda que o ocorrido se dá em relação ao direito à educação e que o movimento é articulado em sua maioria por estudantes do ensino médio. Esses estudantes aparecem como já capacitados ao acesso, avaliação, utilização e produção de informações e conteúdos, como cidadãos em defesa de seus direitos, o que poderia ser ampliado com a inserção da *media literacy* na educação de base.

Como resultado dos protestos e articulações do movimento e apoio recebido por parcela da comunidade civil, o governador do estado de São Paulo recuou no projeto de reorganização das escolas (fechamento de escolas), acatando às reivindicações dos alunos.

Após terem alcançando seu objetivo, tanto o movimento quanto a página no Facebook continuam ativos, tratando temas atuais sobre política e sociedade, levantando discussões sobre projetos como reforma da previdência e investigações de políticos por corrupção, entre outros assuntos que afetam a vida do cidadão brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é possível notar, as manchetes da *Folha online* sofreram alterações após as discussões, problematizações e questionamentos levantados a partir de um simples vídeo editado e publicado pelos estudantes, participantes do movimento político e social contra a reorganização das escolas públicas. Tal mudança demonstra a importância da *media literacy* para a compreensão e uso de informações, e também como ferramenta de defesa de direitos.

As notícias e conteúdos sobre as manifestações também faziam e ainda fazem parte da enxurrada de informações que o mundo moderno nos traz, o que reforça a necessidade de, desde a escola de base, educar o cidadão para lidar com o excesso de informações e saber selecioná-las e avaliá-las criticamente, considerando também elementos políticos e econômicos. Tais competências informacionais empoderam o cidadão para que possa acessar, ler, selecionar, interpretar e produzir conteúdos, consolidando sua participação cidadã ao passo que se utiliza dessas competências pela garantia de seus direitos.

Através desse caso buscou-se problematizar questões relativas a capacidade dos indivíduos de usar os mídia, compreendê-los criticamente e serem capazes de avaliar as informações disponíveis; para que possam dialogar, criar conteúdos e participar de forma ativa, crítica e consciente.

No mundo cada vez mais conectado, a importância do domínio das linguagens e formas de expressão tornam-se fundamentais na educação e em outros aspectos da vida, por isso também é um dos pontos do artigo apontar a inserção da *media literacy* no ensino básico como impulsionador do empoderamento do cidadão.

Por fim, procura-se destacar a importância da alfabetização midiática informacional (AIM, termo utilizado pela Unesco), pois essa alfabetização é necessária na educação da própria sociedade, para que os indivíduos sejam capazes de reconhecer quais informações são necessárias; para que saibam localizar e recuperar informações de maneira eficiente e eficaz; selecionar, organizar e avaliar as informações coletadas; e finalmente, para que saibam usar, aplicar, reproduzir e criar conteúdos, com objetivos de tomadas de decisão, resolução de problemas; e defesa e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Library Association (2000). Information literacy competency standards for higher education. Retirado de <http://arizona.openrepository.com/arizona/handle/10150/105645>
- Andrelo, R. & Bighetti, W. V. F. (2015). Media literacy, memória e eleições - como jovens interpretam o apelo à memória na campanha presidencial de 2014. *Comunicação & Educação*, 20, 27-33. Retirado de <http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/86953>
- Bauer, T. A. (2011). O valor da Media Literacy. *Líbero*, 14(27), 9-22.
- Belluzzo, R. (1999). Da iniciação em pesquisa à comunicação e divulgação científicas na era do conhecimento. Material distribuído em sala de aula - não publicado.
- Bévort, E. & Belloni, M.L. (2009). Mídiaeducação, conceitos, história e perspectivas. *Revista Educação e Sociedade*. 109, 1081-1102. Retirado de www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf

- Comissão Europeia (2007). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX:52007DCo833>
- Duarte, J. (2009). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. São Paulo: Atlas.
- Hack, O. H. (2002). Apresentação. In L. Bianchetti & I. M. Freire (Eds.), *Um olhar sobre cidadania* (pp. 7). São Paulo: Mackenzie
- Pérez Tornero, J. M.; Celot, P. & Varis, T. (2010). *Current trends and approaches to media literacy in Europe*. Retirado de <http://enil.ceris.cnr.it/Basili/EnIL/gateway/europe/Medialiteracystudy.htm>
- Stern, C. M. (2002). *La maitrise de l'information déconnectée: éduquer à l'information sans recourir aux technologies*. Praga: Unesco.
- Yamamoto, E. Y. (2009). *Comunicação popular e cidadania*. In M. M. Vicente (Ed.), *Comunicação e cidadania* (pp. 27-40). Bauru: Edusc.

Citação:

Versuti, C. D. & Vicente, M. M. (2017). *Media literacy e as mudanças das manchetes da Folha online sobre a reorganização das escolas públicas de São Paulo*. In S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 576-591). Braga: CECS.